

Independências: os Estados Unidos e a República de Pernambuco de 1817

Independencies: the United States and the Republic of Pernambuco of 1817

Flavio José Gomes Cabral*

Resumo

A pesquisa procura investigar a atuação de Antônio Gonçalves da Cruz (Cabugá), representante do governo revolucionário de 1817, nos Estados Unidos da América. A missão Cabugá não foi uma missão infrutífera como viu a historiografia tradicional, uma vez que conseguiu realizar acordos importantes. Seu trabalho possibilita abrir novas janelas para entender o movimento de 1817 sob a ótica da história diplomática.

Palavras-chave

Revolução de 1817. Estados Unidos. Diplomacia.

Abstract

The research seeks to investigate the work of Antônio Gonçalves da Cruz (Cabugá), representative of 1817's revolutionary government in the United States of America. The *Cabugá's* mission wasn't as unsuccessful as the traditional historiography says, once that managed to make important agreements. His work enable to open new windows to understand the 1817's movement from the perspective of diplomatic history.

Keywords

Revolution of 1817. United States. Diplomacy.

O norte da América portuguesa, região que mais tarde se convencionaria chamar de Nordeste, no prelúdio dos oitocentos, parecia

* Coordenador do curso de História, professor da graduação e do Programa de Mestrado Profissional de História da Universidade Católica de Pernambuco. Autor das seguintes obras: *Paráiso terreal: a rebelião sebastianista na Serra do Rodeador – Pernambuco, 1820*. São Paulo: Annablume, 2004; *Conversas reservadas: 'vozes públicas', conflitos políticos e rebeliões em Pernambuco no tempo da Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013 (Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa). Contato: gomescabral@uol.com.br

arredio. Sinais de desafetos ao trono emergiam em vários quadros da sociedade local: nos setores dominantes ligados à propriedade de terra, no artesanato e na escravaria. Esta questionava em surdina o sistema colonial, especialmente os assuntos que diziam respeito aos privilégios concedidos pela Coroa e por alguns grupos a ela ligados. Bastante organizados, os escravizados em silêncio tramavam a sedição esperando o momento certo para se rebelar. Durante as comoções de 1817, muitos negros, aproveitando a confusão, fugiram das senzalas embrenhando-se nas matas do Catucá que circundavam a região do Rio Beberibe até a Mata Norte. Segundo escritos do governador Luís do Rego Barreto, abraçaram-na de modo excessivo e insultante e fizeram lembrar as cenas de São Domingos insultando seus antigos senhores e senhoras¹. Ainda em relação aos setores periféricos, havia contestações entre índios, negros forros, homens pobres e mulatos.

Também referente aos setores marginalizados, em 1820 foi descoberta a existência de uma comunidade formada por homens e mulheres arrebanhados ao redor da Serra do Rodeador, no antigo povoado de Bonito, distante cerca de 130 km do Recife, que contestaram a ordem social crendo no retorno de El rei D. Sebastião, soberano português falecido havia cerca de trezentos anos². Nesse momento se inauguraria um tempo de felicidade quando “Sua Majestade [D. João VI] então havia de deixar de reinar”³.

As inquietações que a cada momento se acentuavam demonstravam que o *modus vivendi* em sociedade do Antigo Regime parecia não atender aos anseios dos colonos. Até mesmo o clero, chamado muitas vezes para acalmar a população em momentos de exasperação, pelo grande número de sacerdotes envolvidos no movimento de 1817 – 43 sacerdotes incluindo padres, frades e um deão – evidenciava sua inquietação⁴. Nesse rol, podemos incluir as autoridades locais adversárias que se valiam de vários aparatos para complicar seus contendores. A Coroa tinha conhecimento destes e de outros descontentamentos, que, aliás, eram recorrentes desde os primeiros anos da colonização e também estiveram presentes na Europa “nas vésperas da Revolução Francesa”⁵. Entretanto, desde fins

¹ Apeje (Arquivo Público Jordão Emerenciano – Recife, PE). CC, 1817-1821, fl. 106-107.

² Sobre a história e cotidiano dessa comunidade, leia-se: CABRAL, Flavio José Gomes. *Paraíso terreal: a rebelião sebastianista na Serra do Rodeador*. São Paulo: Annablume, 2004.

³ AN (Arquivo Nacional) Série Interior, correspondência dos presidentes das províncias. IJJº, 245, 1820-1821, cód. 245, fl. 66, vol. 9.

⁴ Documentos Históricos. Revolução de 1817. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1954, p. 50-66, v. CIV.

⁵ RUDÉ, George. *El rostro de la multitud: estudios sobre revolución, ideología y protesta*

do século XVIII, os protestos começaram a se diferenciar dos antigos motins reclamando contra a carestia ou contra a elevação dos impostos ou atraso do soldo. A antipatia pela política do Antigo Regime fez brotar uma sociabilidade que facilitou a organização da sedição, isto é, a ação organizada objetivando pôr em prática a revolução e a consequente tomada do poder⁶.

Reunidos em grupos tidos como “conventículos”, “clubes” ou “conluíus” sob o abrigo das casas, dos mosteiros ou dos quartéis, os opositores da monarquia absoluta discutiam principalmente temas de natureza política, além de lerem e debaterem livros proibidos e gazetas estrangeiras. Isso sinaliza que foi através da linguagem, da palavra oral ou escrita, que a sedição foi sendo organizada. Os pasquins, escritos naquelas reuniões, contestando o regime ou as autoridades, logo eram espalhados sorrateiramente pelas ruas ou afixados nos muros, como aqueles que circularam no Recife em 1817, fazendo cair a suspeita sobre o frei franciscano Antônio das Neves⁷. Na realidade, os conventos, que à primeira vista poderiam representar espaços para recolhimento e orações, tornaram-se espaços de sociabilidade sediciosa. Muitos frades, a exemplo do frei Antônio das Neves, utilizavam o silêncio da clausura para armar planos e escrever papéis subversores. O efeito desses papéis era assombrador para os mantenedores da ordem. Uma vez espalhados, o teor daquelas mensagens eram lidos, relidos, copiados. Em pouco tempo, nas ruas não se fala em outra coisa. Ao praticar tais atitudes, as pessoas, muitas das quais populares, deixavam de ser agentes passivos ou meros espectadores para se transformar em atores, pelo menos por um momento fugaz⁸.

Em Pernambuco havia um clima de insatisfação. A província, então conhecida por anteriores intentos de rebeldia, vinha maquinando em surdina há algum tempo a revolução. Havia descontentamentos contra a monarquia absoluta que seriam canalizados para o movimento de 1817, quando os insurgentes tomaram o poder fundando uma república que duraria 74 dias, fato inédito na história do império português, conforme observou o historiador Carlos Guilherme Mota⁹.

popular. Valencia: Centro Francisco Tomás y Valiente/UNED Alzira-Valencia, 2000, p. 195.

⁶ JANCÓS, István. A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: SOUZA, Laura de Mello e. *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1977. p. 388-389.

⁷ Cartas Pernambucanas de Luís do Rego Barreto. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, v. LII, p. 90, 1979.

⁸ CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas: Papirus, 1995. p. 53.

⁹ MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste 1817: estruturas e argumentos*. São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 100-101.

Através de um documento escrito em 1810, o padre Manuel de Arruda Câmara, homem ilustrado de idade avançada, doutor em Medicina em Montpellier e pertencente aos quadros da maçonaria, confia ao padre e também maçom João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro, “seu escolhido”, e um dos artífices da revolução de 1817, precioso documento de caráter político em que falava de uma obra secreta que não poderia cair em mãos erradas, por isso pedia que o documento fosse remetido para os Estados Unidos para ser entregue ao misterioso amigo N. Pelo caráter misterioso do apontamento, parecia se tratar de um plano secreto produzido entre os maçons objetivando pôr em exercício a revolução. Ao fazer referência ao Brasil, explicava que “com monarquia ou sem ela deve a gente de cor ter ingresso na prosperidade do Brasil”. Alertava que o país deveria passar por fases, de modo que seu futuro governo deveria repousar sobre os representantes da nação. Solicitou que remetesse sem tardança uma circular dirigida “aos amigos da América inglesa e espanhola; sejam unidos com esses nossos irmãos americanos, porque tempo virá de sermos todos um; e quando não for assim, sustentem uns aos outros”¹⁰.

Provavelmente o misterioso amigo N devia ser algum maçom com quem Arruda Câmara mantinha contato. O documento pedia que se conduzisse com prudência a mocidade e que a educação de Francisco Muniz Tavares, Manuel Paulino de Gouveia, José Martiniano de Alencar e Francisco de Brito Guerra não fosse negligenciada. Vale ressaltar que muitos desses seminaristas tomaram parte ativa no levante de 1817. O padre Muniz Tavares escreveria posteriormente uma história da revolução e Martiniano de Alencar seria acusado de levar a revolução para o Ceará. Em 6 de março de 1817, uma sublevação de soldados estacionados no Forte das Cinco Pontas, em Recife, abriu o processo revolucionário que culminaria com a deposição do governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro e a eleição de uma junta de governo da nascente república encabeçada pelo padre João Ribeiro, José Luís de Mendonça, Manuel Correa de Araújo e Domingos Teotônio Jorge Martins Pessoa.

O padre João Ribeiro abraçou a revolução de maneira exemplar. Estaria ele pondo em execução os ensinamentos do velho amigo Arruda Câmara? Durante a abertura do processo, contra ele recaiu a culpa de se reunir em “clubes”, de tramar a revolução há muito tempo, de aliciar a mocidade em suas aulas de desenho, de escrever cartas convidando pessoas a tomar parte no levante, além de ter tomado parte na capitulação do

¹⁰ COSTA, Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1958. p. 100-101.

governador Caetano Pinto e de ter permanecido no governo até o último momento, quando os membros da junta haviam pedido demissão¹¹.

A República de Pernambuco se inspirou no federalismo norte-americano, modelo que se encaixava nos interesses locais e sua luta autonomista. Durante os debates sobre o projeto da futura Constituição, resolveu-se que ela deveria ter como base a Carta dos Estados Unidos, reservando, evidentemente, as peculiaridades locais. De um modo geral, os insurgentes nutriam admiração pela política estadunidense, e isso ficou demonstrado quando a junta de governo, ao se comunicar com o presidente James Monroe em 12 de março pedindo apoio, esclarecia que era a “brilhante revolução” daquele povo que o movimento pernambucano procurava imitar¹². O conteúdo dessa missiva seria divulgado no jornal *Norfolk Herald Office* de 24 de abril de 1817, que procurou abrir um canal para tecer comentários sobre os acontecimentos pernambucanos e explicava que os insurgentes estavam em vias de solicitar apoio do governo para que reconhecesse a nova república e de propor alianças comerciais de mútuos interesses¹³. Na realidade, a maior parte da imprensa ianque se posicionou a favor dos rebeldes pernambucanos. Muitas daquelas folhas se mostraram antimonarquistas, havendo, inclusive, aquelas mais aguerridas, como o *The Philadelphia Aurora* e o *Niles Weekly Register*. Este chegou a criticar a política de D. João VI, tida por demente como o próprio monarca, enquanto a primeira apostava no sucesso da revolução afirmando que tudo aquilo sinalizava que a política do Antigo Regime não conseguia atender os anseios da população, portanto, deveria ser substituída e abrir espaço para a liberdade racional¹⁴.

De fato, desde os primeiros anos do século XIX, muitos investidores ianques ligados às atividades comerciais e do transporte de escravos perceberam que os trópicos despontavam como um importante local de novos investimentos e tendiam a crescer após o término da guerra entre os Estados Unidos e a Inglaterra ocorrida entre 1812 e 1815¹⁵. Naquele momento, muitos daqueles empresários interessados em expandir seus negócios procuravam o embaixador abade José Correa da

¹¹ Documentos Históricos. Revolução de 1817. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1954, p. 18-19, p. 63, v. CIV.

¹² Documentos Históricos. Revolução de 1817. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1954, p. 18-19, v. CI.

¹³ BOURDON, Léon. *José Corrêa da Serra: ambassadeur du Royaume-Uni de Portugal et Brésil a Washington (1816-1820)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian: Centro Cultural Português, 1975. p. 262-263. (Fontes documentais portuguesas, 6).

¹⁴ CUMMIFORD, William Lloyd. *Political ideology in United States Brazilian relations, 1808-1894*. Phd (History)—Faculty of Texas, Texas, 1977. p. 16-17.

¹⁵ GRADEN, Dale. O envolvimento dos Estados Unidos no comércio transatlântico de escravos para o Brasil, 1840-1858. *Afro-Ásia*, n. 35, p. 9, 2007.

Serra para que intercedesse junto ao soberano, de modo que pudessem investir com exclusividade no comércio de máquinas e outros tipos de manufaturados¹⁶. O comerciante Henry Hill foi um desses homens de mente avançada que, percebendo o problema das estruturas emperradas existentes no Brasil, se apressaria no sentido de ali explorar seus negócios, uma vez que, para ele, “velhos hábitos e preconceitos devem dar lugar a novas ideias, que necessariamente precisam de tempo para se impor com vantagens, e novos mercados precisam ser abertos”¹⁷.

Sem grandes delongas, tanto os rebeldes quanto alguns comerciantes estadunidenses tinham interesses em eliminar as linhas de dependência entre a província e Portugal e queriam que os centros de controle estabelecidos na nova sede da monarquia portuguesa depois de 1808 fossem eliminados. Na prática, não esteve no horizonte do governo revolucionário alterar as questões relacionadas com a produção e o comércio externo. Pelo contrário, tais atividades eram consideradas indispensáveis e dependiam de entendimentos diplomáticos para agilizar questões relativas à economia e à defesa. Neste contexto, os Estados Unidos eram vistos como provável colaborador. Esse país se mostrava interessado nos mercados brasileiros, e a “interiorização da metrópole”, parafraseando Maria Odila Dias¹⁸, foi entendida como excelente oportunidade para concretizar seus interesses. John Quincy Adams, futuro presidente dos Estados Unidos, viu na mudança da Corte excelente oportunidade para pôr em prática tais aspirações, e tinha a convicção de que tal mudança significaria uma espécie de declaração de independência do Brasil¹⁹.

A D. João VI, ao que tudo leva a crer, também interessava que os Estados Unidos investissem aqui, tanto que as relações diplomáticas com aquela nação tenderam a crescer. Aliás, no período em destaque, o Rio de Janeiro era a única cidade da América do Sul a possuir uma embaixada norte-americana. Em 1816, diante do crescimento de interesses mútuos, o Brasil passou a contar com dois postos consulares americanos, o de Pernambuco e o de São Pedro do Rio Grande do Sul.

¹⁶ O abade assumiu as funções de embaixador nos Estados Unidos em 1816. Homem ilustrado e interessado pela botânica, privava da amizade com pessoas de grande prestígio social, entre elas, figuras do cenário político norte-americano, como James Madison, John Quincy Adams e Thomaz Jefferson. Quanto a este, chegou a frequentar sua residência em Monticello (Virgínia), ocasião em que se discutiam questões sobre agricultura e política. Sobre o diplomata, leia-se: BOURDON, op. cit.

¹⁷ MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste 1817: estruturas e argumentos*. São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 35.

¹⁸ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

¹⁹ CUMMIFORD, op. cit., p. 11-12.

Diante do exposto, o monarca não perdeu tempo, autorizando o abade Correa da Serra a procurar aproximar o Brasil dos Estados Unidos com o objetivo de celebrar acordos bilaterais que favorecessem ambas as partes. O trabalho do abade foi eficaz, e isso se verifica a partir de uma correspondência entre o conde da Barca (Antônio de Araújo Azevedo), ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros, e Correa da Serra, escrita em 4 de abril de 1817, na qual este relatava que o soberano estava muito satisfeito com sua atuação no sentido de melhorar as relações comerciais entre os dois países, o que certamente iria contribuir para aquilatar os interesses da Coroa relativos às questões de navegação e comércio²⁰.

Pelo que podemos perceber, tanto os interesses dos estadunidenses quanto dos rebeldes pareciam convergir para o mesmo sentido no intuito de extinguir as velhas dependências com Portugal e com os centros controlados pela nova sede da monarquia portuguesa. E, com o objetivo de estreitar tais interesses, a nomeação do jovem comerciante maçom Antônio Gonçalves da Cruz (o Cabugá) para representar a jovem república nos Estados Unidos de certa forma procurava concretizar esses anseios. O diplomata naquele país procurou cumprir à risca as determinações do governo que representava, procurando abrir canais de comunicações, propondo tratados de aliança e acordos bilaterais, “ainda [...] que o dito governo não reconheça publicamente a independência do povo pernambucano”, e conseguir permissão para a compra de armamentos e munições bélicas, além de alimentos que estavam em falta em Pernambuco²¹. Pelo exposto, o governo revolucionário duvidava que o governo de Washington reconhecesse sua revolução, uma vez que esta era a prática que aquele país vinha adotando, inclusive com os rebeldes das antigas colônias sul-americanas. Mesmo assim, Cabugá deveria oferecer aos comerciantes americanos plena liberdade de comércio durante vinte anos “livres de direito”²².

O jornal *The Philadelphia Aurora*, de 26 de maio de 1817, ao noticiar a chegada de Cabugá, ocorrida no dia 14 de maio, além de saudá-lo, porque entendia que a “causa da independência sul-americana é tão querida [...] para o governo [itálico no original] dos Estados Unidos como é para o povo”, desconfiava que o emissário seria recebido friamente pelo governo. Cremos que tal desconfiança se devia à recente Lei de Neutralidades, sancionada pelo presidente James Madison em 3

²⁰ BOURDON, op. cit., p. 261.

²¹ AHI (Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro). Lata 195, maço 04, pasta 04.

²² Documentos Históricos. Revolução de 1817. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1953, p. 9, v. CII.

de março de 1817, que impedia que os Estados Unidos tomassem partido em relação às rebeliões libertárias surgidas no sul do continente. Naquele princípio de século, os Estados Unidos, por vários motivos, procuravam não se indispor com algumas nações europeias, por isso procuraram manter-se cautelosos em relação àquelas revoltas. Durante os governos de James Madison e James Monroe, a secretaria de Estado enviou para as regiões conflagradas agentes especiais com o firme propósito de investigar o andamento das revoltas; de propagar os ideais republicanos; de encorajar o comércio e os negócios e, sobretudo, averiguar a influência e o poder da Inglaterra sobre a referida região; de examinar o papel que os Estados Unidos poderiam exercer nos futuros Estados; e de analisar a influência e ameaça de expansão da política joanina sobre os novos países que surgiriam, principalmente na Bacia Platina²³.

Cabugá não conseguiu o reconhecimento da República de Pernambuco, e ele sabia que dificilmente o conseguiria, entretanto, não encontrou barreiras para acertar a compra de materiais bélicos e assinar acordos com os Estados Unidos, inclusive conseguiu se reunir com figuras de relevo da política americana. Entre essas figuras, destacamos o ex-presidente John Adams. Na realidade, tal atitude fazia parte de uma entre outras atribuições do governo provisório pernambucano, que determinou que ele procurasse pessoas influentes para intermediar o acesso às autoridades sem, no entanto, se indispor com o embaixador português, o abade José Correa da Serra, por se tratar de um homem bem quisto e de grande influência.

A busca de apoio no exterior foi objeto de preocupação de D. Marcus de Noronha e Brito, conde dos Arcos, então governador da Bahia, que, em 29 de março de 1817, ao comentar sobre a atuação do governo ianque, dizia que ele havia “dado muitas provas de perspicácia ante o mundo todo para que seja lícito suspeitar que há de proteger o mais vil dos crimes perpetrado por meia dúzia de bandidos”. O conde, em seu pronunciamento, dizia estar convicto que nem os Estados Unidos tampouco outra nação iriam utilizar seus soldados para ajudar os rebeldes, os soldados do conde dos Arcos, sim, “esses é que brevemente aí irão porque assim é necessário para que os patriotas Governadores Provisórios espiem, como todos os danosos chefes de revolução, seus enormes delitos”²⁴. Tais suspeitas eram as mesmas do embaixador Correa da Serra, que em vários momentos protestou

²³ PINE, John C. Pine. *William G. D. Worthington: United States Special Agent, 1817-1819. Arkansas Academy of Science*, Arkansas, v. VII, p. 43, 1958. Disponível em: <libinfo.uark.edu/aas/issues/1958v12/v12a7.pdf> Acesso em: 15 nov. 2014.

²⁴ Documentos Históricos. Revolução de 1817. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1953, p. 41, v. CI.

veementemente contra o apoio oficioso dos Estados Unidos a todos os rebelados do continente sul-americano que chegavam naquele país em busca de ajuda.

Após algumas semanas de espera para conseguir dialogar com o governo, Cabugá finalmente recebeu sinalização que seria recebido por um representante do presidente Monroe. Este tinha desejo de conhecer suas pretensões e de costurar futuras relações com os pernambucanos. Assim, quando o presidente se encontrava em Wilmington, determinou no dia 4 de junho de 1817 que Caesar Augustus Rodney, membro de uma comissão para os assuntos sul-americanos, se deslocasse até a Filadélfia a fim de falar com o emissário pernambucano em caráter privado. Rodney se fez acompanhar de Willian Jones, presidente do Banco Central, e, ao relatar ao presidente um dia depois o teor das conversações que ocorreriam em 6 de junho de 1817, disse que traçou um esboço de tudo que iria inquirir de acordo com as instruções recebidas, além de acrescentar algumas observações. Antes de seguir viagem, Rodney enviou para Cabugá uma mensagem de caráter informal em que dizia que o presidente, em seu nome e no da nação, o felicitava pelo sucesso da revolução e pela instalação de um governo livre e sua amigável relação com as repúblicas americanas²⁵.

A demora do primeiro encontro entre Cabugá e alguma autoridade ianque deveu-se ao fato de que o emissário, que externava desejo de confabular com o presidente, permaneceu por algum tempo em Boston pretendendo aproveitar a visita de Monroe aos estados nortistas. Sobre a questão do reconhecimento da República de Pernambuco, tema que havia naquela ocasião ganhado notoriedade e simpatia da imprensa, inclusive advogado no Congresso pelo senador da oposição Clay, que havia se tornado grande defensor dos movimentos libertários sul-americanos, explicou Rodney a Cabugá que se tratava de um tema muito delicado. Ao contrário das colônias espanholas, a jovem república pernambucana localizava-se no seio da nova sede da monarquia portuguesa, portanto, objeto de discussões profundas no âmbito do governo estadunidense. O enviado da presidência da República, ao se dirigir em 8 de junho de 1817 a Monroe, disse que havia explicado a Cabugá que não podia subscrever a opinião do senador de que o Departamento Executivo do governo não possuía poderes para reconhecer a independência de Pernambuco ou efetivar outra ação equivalente. E ponderava:

De acordo com Tucídides, os atenienses se reuniram por duas vezes em assembleia geral ou plena do povo antes de reconhecer sua independência dos corcírios que se rebelaram contra Corinto, a pátria mãe, e parecia

²⁵ BOURDON, op. cit., p. 297.

mais inerente aos princípios de nosso governo, em casos onde uma dúvida ponderável existe, encaminhar a decisão da questão aos representantes do povo²⁶.

Durante o encontro, Rodney esclareceu ainda que o presidente se encontrava viajando pelo país em viagem oficial e que por conveniências não se fez acompanhar por assessores, portanto, não estava preparado para receber nenhum representante estrangeiro e, mesmo que se encontrasse na capital, o procedimento formal seria apresentar suas credenciais ao secretário de Estado. Explicou que o presidente, segundo a Constituição, não dispunha de autoridade para alterar as relações de amizade com outros países ou concretizar atos que afetem sua neutralidade e converta um estado de paz em um de guerra. Também não cabia a ele reconhecer colônias como Estados independentes; tarefa esta que era do Congresso, por envolver a questão da guerra, que constitucionalmente lhes pertence, e não, como na maioria dos governos, ao Poder Executivo.

Cabugá, que à primeira vista pareceu ansioso para saber como seria recebido na capital, ouviu atentamente as ponderações de Rodney. Em seguida, revelou que não era de seu interesse nem do governo que representava que os Estados Unidos embarcassem em conflito com qualquer nação europeia bem como estava convicto de que o estreitamento da amizade entre os norte-americanos e pernambucanos provavelmente atrairia a hostilidade da Inglaterra contra Pernambuco, que, apesar de não temê-la, seria prudente evitar. Declarou ainda que, apesar de ter plenos poderes para selar tratados altamente vantajosos com os Estados Unidos, queria evitar qualquer ato que conduzisse a desentendimentos com qualquer nação. Por fim, afirmou que entre os patriotas pernambucanos não havia sinais de desunião como nas províncias espanholas e que a revolução não foi feita apenas para Pernambuco, que havia alcançado outras províncias e que tinha certeza que, a exemplo do Norte, a revolução chegaria a outras regiões brasileiras²⁷.

Após algumas discussões, os reunidos na Filadélfia conseguiram firmar acordos bilaterais que, após passar pelo crivo da secretaria de Estado, ficaram assim ajustados: 1 – Apesar de o governo não reconhecer a república pernambucana, sua bandeira e seus navios mercantes poderiam entrar sem entraves em qualquer porto norte-americano, determinação que se estendia às embarcações de guerra e corsárias vindas da nova república; 2 – os Estados Unidos jamais consentiriam que os portos pernambucanos fossem nominalmente bloqueados e que não houvesse ali uma força armada e efetiva; 3 – a compra de armas e munições por

²⁶ Ibidem, p. 297.

²⁷ Ibidem, p. 299.

comerciantes e particulares pernambucanos nos Estados Unidos não constituíam empecilhos e poderiam ser remetidos para Pernambuco sem problema, entretanto, o governo de Washington não se responsabilizaria pelas embarcações que fossem tomadas pelos inimigos daquele governo; 4 – devido a alguns compromissos existentes entre os Estados Unidos e os governos europeus, o país não podia, por enquanto, reconhecer o emissário do governo de Pernambuco²⁸.

Dois dias depois do encontro com Rodney na Filadélfia, Cabugá recebeu deste autorização para ir à cidade de Washington a fim de entrar em contato com o secretário interino de Estado Richard Rush²⁹, e, após o teor da conversa, decidiria se permaneceria no país ou regressaria para o Brasil³⁰. A audiência com Rush é vista por Mourão (2009, p. 42) como o “primeiro encontro de um diplomata brasileiro com um ministro das Relações Exteriores estrangeiro. Foi a primeira gestão diplomática do Brasil”. Cabugá externou desejo de obter auxílios e de divulgar os passos da revolução e suas pretensões futuras. Entretanto, pouco tempo depois da audiência com o secretário de Estado em exercício, a revolução havia sido vencida.

Provavelmente se o movimento pernambucano tivesse resistido, o emissário Cabugá teria tido a mesma chance de Manuel Hermenegildo Aguirre, enviado das Províncias Unidas e do Chile, que chegou aos Estados Unidos em julho e foi recebido por Monroe em fins de 1817. Na ocasião em que foi recebido por Rush em Washington, o enviado chileno foi alertado que as questões alusivas a reconhecimentos teriam que esperar pelo retorno do presidente, apesar de ele ter conhecimento de que, embora a nação visse com simpatia a descolonização da América hispânica, a política do país se respaldava na neutralidade.

Na realidade, a Lei de Neutralidade era uma medida aparente, e tal assertiva fica clara quando, em 1818, o secretário de Estado John Quincy Adams, ao se comunicar com um correspondente portenho, dizia que seu país, ao optar por uma neutralidade, havia resolvido “manter uma neutralidade imparcial”, o que não impedia de o governo de Washington tentar obter “determinado número de navios de guerra para o governo de Buenos Aires”³¹. Em Boston e no Porto de Baltimore, conseguiu Cabugá

²⁸ AHI. Lata 195, maço 4, pasta 5.

²⁹ Com a posse do presidente James Monroe, foi nomeado secretário de Estado John Quincy Adams (filho do ex-presidente John Adams), que até então exercia o cargo de embaixador em Londres. Enquanto este se encontrava na Europa, o cargo foi ocupado interinamente entre março e setembro de 1817 por Richard Rush. BOURDON, op. cit., p. 250.

³⁰ Ibidem, p. 301.

³¹ HORNE, Gerald. *O Sul mais distante: o Brasil, os Estados Unidos e o tráfico de escravos africanos*. Tradução de Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 38.

efetivar compras de materiais bélicos. Foram adquiridas trezentas pistolas e trezentos sabres para a cavalaria ligeira; mil espingardas leves para caçadores; duas mil espingardas leves semelhantes às utilizadas pela infantaria francesa. A essa lista foram acrescentadas, segundo pedido do presidente do Erário Gervásio Pires, duzentas pistolas para cavalaria; duas mil espingardas leves para uso dos caçadores e sete mil espingardas para a infantaria – que não fossem pesadas e imitassem a infantaria francesa³². Esses materiais foram remetidos para o Brasil em dois navios fretados que aqui chegaram quando a revolução já havia sido debelada.

Apesar de o movimento rebelde em Pernambuco ter sido aplaudido pela imprensa internacional, alguns setores esperavam que a revolução não lograsse êxito. Esta seria a opinião do *Georgetown Messenger*, expressa em 2 de maio de 1817. A gazeta justificava seu receio por entender que, estando Pernambuco muito distante das antigas colônias espanholas, opinava que talvez nenhuma ajuda recebesse daquelas localidades. Entretanto, acreditava que o sucesso da rebelião iria depender das próprias pessoas e da disposição dos outros habitantes do Brasil, uma vez que, se os brasileiros estivessem decididos a ser independentes,

a independência está dentro do seu poder. É necessário nutrir fortes esperanças; lembremos que assim como na fase inicial da Revolução Francesa, os brasileiros manifestam uma sensibilidade forte para a causa das pessoas que estavam lutando por suas liberdades³³.

Para o embaixador português, os Estados Unidos mantinham posição dúbia, e tinha a convicção de que o país era um “grande fomentador de rebelião”. O abade chegou a se reunir com o secretário Richard Rush para falar sobre essas questões e sobre o comportamento da imprensa, que se mostrava a favor dos amotinados. Embora o secretário lhe tivesse assegurado que seu país não interferiria em assuntos internos das potências estrangeiras, muito menos na imprensa, Correa da Serra não acreditava na sinceridade de Rush, que, para ele, era do partido jacobino e, portanto, a favor dos rebeldes. Rush não nutria simpatia pelo embaixador português e chegou a externar seus sentimentos a Monroe dizendo que, de todos diplomatas acreditados no país, o abade era pelo qual nutria menos simpatia, e chegou a relatar, em 14 de junho de 1817, o teor das conversas que tivera recentemente com ele³⁴.

No dia 14 de junho, Cabugá é recebido pelo secretário de Estado, Rush. Nessa ocasião, foi entregue ao secretário uma carta do governo pernambucano endereçada ao presidente expondo o andamento da

³² AHI. Lata 195, maço 4, pasta 5.

³³ BOURDON, op. cit., p. 265.

³⁴ CUMMIFORD, op. cit., p. 22.

revolução bem como uma aquarela da bandeira da república contendo notas explicativas sobre seus símbolos³⁵. Uma gravura do referido pavilhão foi publicada no *Boston patriot* de 16 de maio de 1817. Cabugá, no dia 18 de junho de 1817, quando ainda se encontrava em Washington e antes de deixar essa cidade com destino a Filadélfia, enviou uma carta a Richard Rush acompanhada de uma cópia da referida bandeira e de uma estatística do Brasil contendo dados acerca de disposições sobre sua independência. Explicava e o desejo de ir a Baltimore, como de fato foi³⁶.

Cabugá, além da missão de abrir diálogo com o governo norte-americano, foi incumbido de entrar em contato com José Bonaparte, ex-soberano espanhol e irmão de Napoleão, na intenção de que ele intercedesse na contratação dos serviços de soldados franceses que outrora serviram a seu irmão para serem engajados no exército pernambucano. Esses soldados, juntamente com José Bonaparte, se abrigavam nos Estados Unidos desde a prisão de Napoleão pelos ingleses em 1815, na ilha atlântica de Santa Helena. Como não desejavam prestar fidelidade a Luís XVIII, se refugiaram na América com a expectativa de arrumar algum emprego. José Bonaparte não só não viu empecilho na proposta de Cabugá, como também pensou que ele pudesse ajudar a fortalecer um plano de fuga para o irmão. Ele já estava planejando havia algum tempo utilizar a ilha de Fernando de Noronha como rota de fuga até ser conduzido para Nova Orleans. Esses contatos não escaparam da mira dos informantes do abade, que prontamente manteve as autoridades portuguesas em estado de alerta.

O abade manteve-se informado graças a seus agentes colocados no encalço não apenas de Cabugá, mas dos soldados franceses contratados por ele. Para Correa da Serra, todas aquelas armações não passavam de atividades sediciosas, e tais suspeitas começaram a ganhar vulto quando

³⁵ O original dessa gravura se encontra no Arquivo dos Negócios Estrangeiros de Washington, cuja cópia foi remetida em 20 de novembro de 1886 ao Instituto Histórico de Geográfico Brasileiro por José Augusto Ferreira da Costa, então secretário da Legação do Império brasileiro em Washington, e publicada em 1893, na revista do referido instituto. COSTA, José Augusto Ferreira da. *Flag of the Republic of Pernambuco. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. LVI, p. 122, 1893. Documentos Históricos. Revolução de 1817. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1955, p. 258-259, 260-262, 262-265, 266, v. CIX. A Paraíba, tão logo aderiu à revolução, adotou no dia 1º de abril de 1817 sua bandeira que, baseada na “amizade com o Estado de Pernambuco, visto que a bandeira de Pernambuco é branca com um listão azul, decretamos que a nossa bandeira seja só branca com as mesmas armas de Pernambuco servindo unicamente de distintivo não ter o listão azul”, dizia o decreto do governo assinado pelo padre Antônio Pereira de Albuquerque e Melo, Francisco Xavier Monteiro da Franca, Inácio Leopoldo de Albuquerque Maranhão e Francisco José da Silveira. Documentos Históricos. Revolução de 1817. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1955, p. 81, v. XIX.

³⁶ Documentos Históricos. Revolução de 1817. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1955, p. 266, v. CIX.

foi informado que, no mês de junho de 1817, um navio estava sendo preparado no porto de Nova York com destino ignorado levando a bordo soldados franceses, entre eles o coronel Latapie. Este, antes de partir, esteve com José Bonaparte, que o incumbiu de observar todo “o estado das coisas [que vinham ocorrendo no Norte do Brasil]”, bem como pesquisar as possibilidades “de armar uma esquadilha de toda e qualquer forma” para ajudar no sequestro de Napoleão³⁷.

Quando o navio que transportava os franceses aportou na Baía Formosa, no Rio Grande do Norte, os passageiros tomaram conhecimento de que a revolução havia sido sufocada e passaram a se acautelar. Naquela localidade, um dos soldados franceses, o conde Pontécoulant (Louis-Adolphe Le Doucet) resolveu desembarcar, e os demais seguiram viagem para a Paraíba. O conde, que se dizia interessado por Botânica, granjearia a amizade do secretário do governador José Inácio Borges, que conseguiu para ele que se fixasse ali. A mesma sorte não teriam seus companheiros coronel Latapie e os soldados Artrong e Raullet que, ao chegarem à Paraíba, foram presos por ordem do governador Tomás de Sousa Mafra, que provavelmente encontrava-se sobreavisado pelo embaixador Correa da Serra sobre a chegada deles. Os prisioneiros foram encaminhados para o Recife no dia 11 de setembro de 1817, ficando à disposição do governador Luís do Rego, que imediatamente mandou abrir uma devassa para apurar as intenções dos franceses³⁸.

Durante o inquérito, os réus confessaram que sua intenção era conseguir algum emprego, entretanto, Luís do Rego questionava o fato de alguém desejar melhorar de vida procurando colocação em “um país revolucionado”³⁹. E como percebeu que não conseguiria arrancar confissão usando “medida de rigor”, resolveu libertá-los, colocando espias sobre seus enalços, de modo que não percebessem que estavam sendo observados, a fim de se conhecer com quem mantinha contatos. Tais ardis lograriam sucesso, uma vez que os franceses, pensando que não estavam sendo espionados, começaram a frequentar a casa do cônsul norte-americano Joseph Ray, localizada nas cercanias da Igreja da Madre Deus⁴⁰.

Ciente dessas investidas, Luís do Rego ordenou a invasão da casa do cônsul e a prisão dos espionados, inclusive do conde de Pontécoulant, recém-chegado do Rio Grande do Norte e que havia se unido aos demais.

³⁷ Documentos Históricos. Revolução de 1817. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1953, p. 126, v. CII.

³⁸ *Ibidem*, p. 116.

³⁹ *Ibidem*, p. 127.

⁴⁰ AN. IJJ⁹, cód. 242, fl. 64.

Durante aquela batida, os agentes da Coroa conduziram para a prisão o secretário do cônsul Jorge Fleming Holdt, três homens e uma mulata com uma criança de colo. Uma das melhores confissões foi arrancada do coronel Latapie, que admitiu que ele e seus companheiros foram contratados por Antônio Gonçalves da Cruz para servir ao governo recentemente instalado⁴¹. Também ficou claro em suas confissões que tudo foi intermediado por José Bonaparte na Filadélfia, cuja intenção era promover a soltura do irmão com o apoio dos insurgentes.

Luís do Rego não nutria simpatia pelo cônsul, que, para ele, poderia fazer parte destas e de outras armações em favor dos rebeldes. Desde sua chegada, exatamente no momento em que a revolução havia sido vencida, o diplomata era acusado de esconder em sua residência pessoas que atentavam contra a Coroa. Por muito tempo, a historiografia de 1817 julgou que Ray havia sido enviado para trabalhar em Pernambuco devido à atuação de Cabugá. Na realidade, sua nomeação deve ter sido causada por outros motivos. O cônsul era um comerciante, sócio da firma Ray & Bryan, e já conhecia Pernambuco quando ali esteve realizando atividades comerciais. Sua casa comercial teria agenciado a vinda do navio mercante *Sally Dana* da Filadélfia, que conduziu suprimentos vindos dos Estados Unidos para os revolucionários, apesar de o navio só ter aportado no Recife quando a revolução havia sido sufocada⁴².

A invasão da casa do cônsul renderia acusações mútuas e dores de cabeça para as autoridades dos dois países. D. João, orientado por seus agentes, inclusive pelo governador pernambucano, se negou a aceitar as credenciais do diplomata, passando a exigir que este fosse substituído imediatamente. Nesse momento, Correa da Serra foi acionado para que utilizasse seu prestígio em favor dos apelos do soberano. O abade escreveu, no dia 13 de maio de 1818, a Quincy Adams explicando os desejos do rei e dizia: “His majesty had ordered to suspend the expedition of the exequatur do his nomination, the charter of which lies still unconfirmed in the Department of State at Rio de Janeiro.”⁴³ O presidente James Monroe, talvez não querendo se indispor com D. João, resolveu atendê-lo, ordenando à secretaria de Estado que substituísse Joseph Ray, que, por motivos ignorados, permaneceria no cargo por um bom tempo.

O caso de Ray concorreu para melindrar as relações diplomáticas entre o Brasil joanino e Washington. Aliás, outras dores de cabeça ocorreriam quando o embaixador norte-americano Tomaz Sumter –

⁴¹ AN. IJJ^o, cod. 242, fl. 63v.

⁴² WRIGHT, Antônia F. P. de Almeida. *Desafio americano à preponderância britânica no Brasil: 1808-1850*. São Paulo: Ed. Nacional, 1978. p. 172-173. (Brasiliiana, v. 367).

⁴³ BOURDON, op. cit., p. 422.

grande defensor do regime republicano e, portanto, avesso à monarquia – não se intimidou em fazer críticas à administração do governo sob o sistema monárquico, chegando a se indispor com membros da família real. Ademais, a Coroa não perdoava o fato de os Estados Unidos terem apoiado os insurgentes de 1817, contribuindo para acentuar as relações entre os países iniciada em 1808 pelo presidente Thomas Jefferson. Além dos casos elencados, havia queixas contra a imprensa norte-americana, responsabilizada pela Coroa de apoiar o movimento rebelde e de se mostrar antimonarquista. Como se não bastasse, os Estados Unidos questionavam o papel de Portugal em um momento que a sede do governo estava no Rio. Seria aquela potência um reino europeu ou americano?⁴⁴

Ray procurou, evidentemente, defender-se junto às autoridades do seu país. Suas correspondências demonstram seu desejo de o Brasil um dia içar a bandeira do republicanismo. Para o cônsul, a liberdade tão sonhada, a ponto de tornar-se palavra de ordem nos tempos da revolução, era, contudo, pouco compreendida pela maioria dos habitantes – que, porém, com o passar dos tempos, muitos davam sinais de compreender o seu significado⁴⁵. Durante as ebulições políticas de 1821 e 1822, por ocasião do movimento vintista que pôs em xeque o absolutismo monárquico, a palavra retornou com mais força. Falava-se de liberdade de expressão, cidadania, constituição, eleição. Os ventos liberais emanados da Revolução do Porto de 1820 mexeram bastante com a cabeça das pessoas que, acostumadas a viver na sociedade do Antigo Regime, assistiram à queda dos seus valores.

Com os novos ares políticos advindos do primeiro vintismo português, as cadeias abriram suas portas para libertar os presos políticos de 1817, que foram recebidos nas suas terras em grande estilo. Na realidade, essas manifestações não passavam de protestos, já que não se podia atacar diretamente o governador régio. Ao sair às ruas, os anistiados recebiam dos transeuntes demonstrações de carinho, e muita gente “não se fartava de os ver, aplaudir, e por toda parte os acompanhava” cantando o hino constitucional⁴⁶. Com esse tipo de gesto, acenos e aplausos, difíceis de ser descritos em documentos, como bem estudou Arlete Farge,⁴⁷ muita

⁴⁴ CUMMIFORD, op. cit., p. 9 e 11.

⁴⁵ Ibidem, p. 15.

⁴⁶ IAHGP (Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano), Folhas esparsas de um trabalho que um filho de José de Barros Falcão de Lacerda escreveu sobre os acontecimentos políticos, em que o pai estava envolvido, fl. 3. Esse trabalho foi reproduzido juntamente com outros documentos pertencentes ao referido instituto no livro: CABRAL, Flavio José Gomes. *Fontes pernambucanas para a história da independência do Brasil (1810-1822)*. Recife: Cepe, 2014. (Coleção Documentos históricos municipais, n. 6).

⁴⁷ FARGE, Arlette. *Dire et mal dire: l'opinion publique au XVIII^e siècle*. Paris: Seuil, 1992.

gente, inclusive dos setores excluídos, pôde tomar parte nessas e em outras manifestações ocorridas nos anos subsequentes, portanto, não se encontravam à sombra como meros expectadores, já que se expressavam.

Recebido em: 17 de maio de 2015.
Aprovado em: 15 de setembro de 2015.